

A estratégia do M.F.A. e o papel dos partidos analisados por João Martins Pereira em texto que acompanha o seu pedido de demissão

Conforme noticiámos ontem, o eng. João Martins Pereira apresentou ao Presidente da República e ao primeiro-ministro um extenso documento, que a seguir publicamos na íntegra, e que acompanha o seu pedido de demissão do cargo de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia. O texto, ontem tornado público, constitui uma análise da actual conjuntura política nacional, em que é dada especial atenção à estratégia do M. F. A. e ao papel dos partidos, e onde o secretário de Estado demissionário desenvolve e aprofunda temas por ele abordados em artigo que o semanário «O Jornal», publicou no seu número datado de 4 do corrente.

É o seguinte o texto agora divulgado:

«Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia, implica também o risco de ser acusado de deserção, de abandonar o barco» individualmente quando ele se começa a afundar.

Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se acentue o efectivo poder de «contrôle» pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M. F. A. aprova um «documento-guia» sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, é correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderá ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política (coisa que tanto tem faltado entre

nós!) de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o unico e ultimo serviço que ainda se poderá prestar é precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicídio político.

A este pequeno luxo se podem dar aqueles, que não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

A explicação terá de ser longa. Vamos, pois, a ela sem demoras.

Actuação dos partidos e projecto político

«Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unicidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

Refiro-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se insere no processo revolucionário e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder a de duas hipotéticas classes sociais que, irredutivelmente se digladiam: há operários e trabalhadores de diversos sectores, há pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propositadamente indefinido (ou que dele se pretendem aproveitar) e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores», cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a duvidas).

Ora o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justa posição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «povo-M.F.A.» e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica «a priori», mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distanciamento dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesmo, seria incontestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu projecto político, mas

fim, um projecto burguês patente. Do outro o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acritica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importancia dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M.F.A. — mito, etc., etc. — enfim, a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.

M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária

«E o M.F.A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que até ao 11 de Março foi difícil ao M.F.A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituia sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M.F.A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista», de onde sem duvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções mas também sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M.F.A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara publica consideração!

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M.F.A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, da balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

O M.F.A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular as respostas: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M.F.A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuía competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P.A.P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Ai a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto, o M.F.A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos três ou quatro meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M.F.A. fizesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista, por em plena crise ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado da Indústria, no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que

afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á, mesmo assim, «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quantos mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M.F.A. na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que, pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M.F.A.

Aceito os meus riscos. Demito-me.

NOTA — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Julho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do P. A. P.»